TL5720

TIMOR

1- Moção aprovada na 25ª Assembleia do CLONG
2- Relatório da participação na Conferência sobre Planeamento Estratégico para Timor-Leste
3- Moção em Solidariedade com o Povo de Timor-Leste, aprovada na 3ª Reunião de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau
4- Declaração das Organizações Humanitárias Timorenses
5- Proposta de carta a enviar ao Secretário-Geral das nações Unidas
6- ENTREVISTA AO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FORUM PAS ONG TIMORENSES

TL5720-1

No sábado 17 de Abril, durante a 25ª Assembleia Geral do Comité de Liaison das ONG de Desenvolvimento junto da União Europeia, que representa mais de 900 ONGD, aprovou a seguinte resolução sobre Timor Leste:

A Assembleia Geral das ONG de Desenvolvimento Europeias

Reconhecendo os direitos do povo timorense, incluindo o direito à auto-determinação, a que todos os povos sob dominação colonial têm direito,

Lembrando as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre Timor-Leste,

Tendo em conta a evolução da questão de Timor-Leste especialmente durante o último ano, lembrando que o conflito entre a Indonésia e a Comunidade Internacional dura há mais de 23 anos,

Apoia inequivocamente a realização de um referendum sob supervisão das Nações Unidas, como forma de o povo de Timor-Leste escolher livremente o seu futuro

Condena a instigação à violência da responsabilidade do regime indonésio, que arma civis no território em larga escala e apoia forças de combate pró-integração

Saúda os esforços conduzidos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, de acordo com o mandato que lhe foi conferido pela Assembleia Geral da ONU

Congratula-se com a solidariedade entre indonésios e timorenses construída nos últimos anos em diversos sectores da sociedade indonésia

Congratula-se com os esforços em favor da paz desenvolvidos pelo Conselho Nacional da Resistência Timorense e, em particular, pelo seu Presidente, Xanana Gusmão

Exige a imediata retirada das tropas de ocupação indonésia, compromisso internacionalmente assumido há muitos meses pelo Governo indonésio

Exige a presença de uma força internacional, constituída no âmbito das Nações Unidas, para supervisionar o desarmamento e garantir a paz no território

Exige a libertação do dirigente da Resistência Timorense Xanana Gusmão, e de todos os presos políticos timorenses, compromisso igualmente assumido pela Indonésia perante a Comunidade Internacional

Apela à Comissão Europeia e aos Estados Membros para que sejam firmes nas suas posições, baseadas no Direito Internacional e nas resoluções pertinentes das Nações Unidas

Solicita à Comissão Europeia e aos Estados Membros que reforcem o esforço de Ajuda ao povo de Timor-Leste, quer em termos de emergência, quer enquanto apoio à reabilitação e ao desenvolvimento do território, de acordo com os desejos e as estratégias elaboradas pelos próprios timorenses

Convida as ONGD a associar-se aos parceiros timorenses de forma a contribuirem para o bem-estar das populações, a promoção e a defesa dos direitos humanos em todas as circunstâncias e o desenvolvimento sustentável de Timor-Leste

Pede ao Comité de Liaison que transmita a presente Moção ao Secretário-Geral das Nações Unidas, à Comissão Europeia, aos Governos dos Estados Membros, ao Governo da Indonésia e ao Conselho Nacional da Resistência Timorense.

TL5720-2

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO NA
CONFERÊNCIA SOBRE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO PARA TIMOR-LESTE
Melbourne, 5-9 Abril 1999

CONTEXTO

No seguimento de uma primeira abordagem de um necessário planeamento do desenvolvimento de Timor-Leste, realizada em Vilamoura (Algarve, Portugal) por iniciativa do CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense) em Outubro de 1998, começou a ser preparada no início deste ano uma Conferência de quadros timorenses com o objectivo de aprofundar uma estratégia de desenvolvimento para o país a médio e longo prazo. A Conferência teve lugar em Melbourne (Austrália), sob os auspícios do CNRT e foi dirigida por uma Comissão Organizadora composta por 7 elementos, timorenses e australianos, coordenada por Emília Pires.

As finalidades expressas da Conferência eram as de "*ampliar a base de conhecimentos, criar um campo de competências relativas às condições actuais e conceber um plano estratégico de desenvolvimento exequível para o futuro de Timor-Leste*" (documento de apresentação).

O empenho, a dedicação e a determinação foram tão grandes que só esse clima permitiu que o trabalho continuasse, apesar do abalo provocado pelas notícias sobre o massacre de Liquiça, que afectaram pessoalmente muitos dos participantes, cujos familiares foram mortos, estavam desaparecidos ou eram alvo de ameaças das milícias.

A Comissão Organizadora seleccionou as temáticas fundamentais, mais tarde reunidas no âmbito de 6 Grupos de Trabalho:

- governação, administração pública e média;
- economia e agricultura;
- educação;
- saúde;
- sistema jurídico-legal;
- infraestruturas e ambiente.

As questões de género e de direitos humanos eram consideradas transversais.

Os quadros timorenses foram motivados no sentido de preparar previamente, e a título pessoal, documentos de informação, reflexão e proposta sobre as matérias em apreço. Todos aqueles que deste modo deram o seu contributo foram convidados a participar na Conferência. Até ao seu início, tinham sido recebidos pelo menos 75 trabalhos, escritos em português, inglês e bahasa indonesia. O secretariado conseguiu disponibilizar praticamente a totalidade dos documentos (cujos direitos de utilização e publicação pertencem por inteiro ao CNRT, por acordo entre os autores), traduzindo mesmo alguns deles para inglês.

Na Conferência participaram cerca de 60 timorenses, na maior parte procedentes de Timor-Leste, da Indonésia e de Portugal, que se juntaram aos que vivem na Austrália e a alguns quadros que continuam os seus estudos superiores nos EUA e na Nova Zelândia. As ONG e grupos de solidariedade de vários países foram também convidados a estar presentes, totalizando cerca de 35 pessoas, sobretudo australianos.

Rua Pinheiro Chagas, 77 - 2.º Esq. 1050 - 176 Lisboa
Tel. (01) 317 28 60 Fax (01) 317 28 70
E-mail: cidac @ esoterica. pt

O evento, que reuniu durante 5 dias cerca de uma centena de participantes a tempo inteiro, foi primorosamente organizado, desde os aspectos logísticos até à preparação dos conteúdos, das metodologias e dos animadores dos Grupos de Trabalho. Este facto permitiu realizar, de facto, um verdadeiro exercício de planeamento estratégico nas áreas mencionadas.

METODOLOGIA

A Conferência incluiu no primeiro dia uma apresentação geral, mensagens de Xanana Gusmão e de José Ramos-Horta (ambas em vídeo) e 3 sessões nas quais 8 especialistas introduziram os temas seguintes: sistema judicial, administração pública, economia, agricultura, ambiente, saúde, educação e mulher timorense. O objectivo era contribuir para fornecer uma direcção aos debates que se desenvolveriam nos 4 dias seguintes e durante os quais alternaram os trabalhos de grupo (ora só com timorenses, ora com a participação dos convidados estrangeiros) e os plenários para troca de ideias e apresentação das conclusões.

De acordo com uma metodologia de planeamento estratégico previamente apresentada e acompanhada, no decorrer dos trabalhos, pelos animadores dos Grupos, seguiram-se os seguintes passos, no âmbito de cada tema:

* estabelecimento de uma visão global da questão, missão e valores associados;
* apresentação mútua dos documentos elaborados pelos participantes, de forma a facilitar a identificação de problemas e necessidades, a avaliação das forças e das fraquezas, assim como das oportunidades e dos constrangimentos da actual situação, a proposta de soluções e a identificação de recursos existentes e a procurar;
* definição das questões estratégicas e das prioridades para os próximos 5 anos;
* determinação dos objectivos centrais no quadro de cada uma das questões estratégicas identificadas;
* e, finalmente, desenho de um plano de trabalho que deveria incluir: apresentação de actividades, grupos-alvo, recursos necessários, actores principais e respectivas responsabilidades, calendário, possíveis obstáculos e orçamento estimado (se possível).

A todos os Grupos de Trabalho foram fornecidas as conclusões do Encontro de Vilamoura, apresentadas em quadro temático, assim como instrumentos de anotação das ideias relevantes e dos resultados a que se ia chegando em cada etapa do processo.

O plenário do 4º dia, inteiramente dedicado à apresentação do "estado da questão" de cada Grupo de Trabalho, foi muito participado e teve um impacto real nas discussões subsequentes, que culminaram com a comunicação ao conjunto dos participantes, no dia seguinte, das principais conclusões e propostas de seguimento.

Em todas estas ocasiões eram disponibilizados materiais escritos ou utilizados meios visuais (retroprojector) para facilitar a compreensão das matérias apresentadas e a capacidade de resposta, por parte da assembleia. Este método, que obrigou a muito trabalho, até altas horas da madrugada, permitiu que no final ficassem registados todos os avanços e contribuições.

Um dos problemas que parecia mais complicado foi praticamente resolvido de uma forma simples: cada participante se exprimia na língua em que se sentia mais à-vontade - tetum, português, inglês. Não havia tradução simultânea. Os Grupos de Trabalho escolheram igualmente a sua língua de comunicação: a maioria optou pelo tetum, alguns pelo português. Neste âmbito, improvisaram-se

quando necessário traduções destinadas aos convidados estrangeiros que, nos plenários ficaram por vezes prejudicados. Verificou-se também que alguns timorenses chegados do interior e da Indonésia sentiram dificuldades ora com o inglês, ora com o português, conforme os casos.

QUESTÕES DE FUNDO

A diversidade de contextos donde provinham os timorenses, assim como a variedade das respectivas referências culturais, formações e pertenças geracionais e políticas, fizeram recear problemas de comunicação e entendimento, como já tem acontecido. No entanto, provavelmente pelo facto de a Comissão Organizadora ter investido na preparação cuidadosa do trabalho, o que propiciou um ambiente de confiança nos seus resultados, talvez também pelo sentido de responsabilidade experimentado perante o momento histórico que Timor-Leste vive, a verdade é que se gerou rapidamente um clima de mútua compreensão no qual pareciam evidentes as vantagens das complementaridades entre pessoas com características e experiências diferentes. A uns foi reconhecido o grande conhecimento da sociedade timorense, a outros o estudo e reflexão sobre matérias especializadas, a outros ainda a maturação e aprendizagem a partir de vivências em diversos países. Esta realidade, aprofundada progressivamente ao longo de toda a semana, provocou sentimentos de muita satisfação e maior confiança nas capacidades dos timorenses face às exigências que os esperam.

Simultaneamente, verificou-se um notável empenho no cumprimento dos objectivos e do programa propostos, com todos os participantes mobilizados para a construção do futuro de Timor-Leste. Só quem teve o privilégio de acompanhar, ao longo de muitos anos, as reuniões e assembleias de timorenses no exterior, em diferentes circunstâncias e momentos, poderá avaliar a mudança que significa deixar de ter o pensamento e o olhar voltados em exclusivo para o passado. Aqui tratou-se de imaginar, visionar, prever, o mais concretamente possível, o que deve e o que pode ser a nação timorense no percurso que medeia entre o agora e o daqui a cinco anos.

A convergência de opções no enunciado da visão, da missão e dos valores associados a cada tema tratado constituiu uma aquisição muito positiva. Há um conjunto significativo de documentos preparatórios dedicados aos problemas do ambiente, dimensão que se encontra ainda presente em muitas outras comunicações. A construção de uma sociedade democrática, aberta, dotada de uma governação transparente e eficaz, respeitadora do ambiente, ambiciosa mas consciente dos seus constrangimentos e das suas reais potencialidades, foi a proposta que, sob diferentes expressões, cada Grupo de Trabalho veiculou.

Houve também um acordo quanto à estratégia de não desmantelar, de repente, os sistemas construídos pelo ocupante, de modo a evitar rupturas de consequências dramáticas, mas antes ir conseguindo substitui-los gradualmente, na medida do possível e no quadro de um planeamento sério - com excepção, claro, das regras e leis que lesam os cidadãos e as comunidades ou que provocam situações de violação dos seus direitos fundamentais. Foi neste sentido que se pronunciaram os vários Grupos de Trabalho, concretizando sobretudo nos domínios da saúde, da educação e do sistema judicial.

A questão central, agora, é a de verificar qual o real impacto deste exercício nas futuras políticas timorenses. A preparação e realização da Conferência, por opção do CNRT, foi protagonizada por técnicos nacionais. Os seus resultados vão ser transmitidos ao Presidente do CNRT e à respectiva Comissão Política caberá decidir sobre a continuação do trabalho. Todos desejam que a resposta dos responsáveis políticos seja rápida e encorajadora.

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil timorense começa a tornar-se mais visível e a organizar-se. Em Março deste ano foi criado em Timor-Leste um mecanismo de coordenação para a Ajuda de Emergência (Posko Díli) e está em fase de arranque um Forum das Organizações Não-Governamentais que agrupa no momento 12 (correspondendo às que têm maior facilidade de comunicação na fase actual) das 22 ONG nacionais identificadas no país. Durante a Conferência foram apresentadas duas comunicações sobre o papel da sociedade civil, fazendo parte das conclusões a necessidade de clarificar o que se entende por ONG e as relações entre estas e o Estado, o Governo e as diversas autoridades. As questões de género e o papel da mulher na sociedade timorense foram também recorrentemente abordados.

Do ponto de vista das ONG estrangeiras, verifica-se um interesse crescente quanto a uma intervenção no território, seja no domínio da emergência, seja no da cooperação para o desenvolvimento, em particular no que toca à componente de formação de recursos humanos. Na Austrália iniciou-se uma coordenação, presidida pela Caritas Austrália e facilitada pelo ACFOA (Australian Council for Overseas Aid), que tem reunido mensalmente, sobretudo para troca de informação sobre a situação e sobre as actividades previstas ou em curso das diversas organizações australianas (em Fevereiro foram identificadas 19 ONG empenhadas em vários tipos de acções). Na Nova Zelândia e nas Filipinas há também organizações interessadas, que estão em contacto e apoiam estudantes timorenses que completam estudos ou realizam estágios no país (cerca de 50 actualmente, nas Filipinas). ONG europeias, dos EUA e do Canadá começam igualmente a visitar Timor-Leste e a desenhar e apresentar projectos concretos - refira-se em particular o caso da Oxfam UK.

O movimento não-governamental, para além de uma actuação ao nível da emergência, terá um papel mais importante no apoio ao reforço da sociedade civil timorense e na luta contra a pobreza, mas também poderá vir a contribuir para a estruturação do novo Estado, em particular nos sectores sociais, no âmbito das actividades geradoras de rendimento e micro-crédito, e na criação de dinâmicas de desenvolvimento local.

No que diz respeito às ONG portuguesas, as aprendizagens adquiridas na intervenção conjunta com parceiros africanos e, em muito menor escala, latino-americanos, pode constituir uma mais-valia, se não houver cedências à tentação de transplantar ideias e práticas sem atender ao contexto local. A troca de experiências, em particular entre organizações e quadros dos países de língua oficial portuguesa, terá certamente interesse para o amadurecimento da sociedade timorense.

Existe uma genuína preocupação com as capacidades de articulação e coordenação da Ajuda a Timor-Leste. É evidente que vai ser preciso um apoio externo muito grande à reconstrução do país. Mas há também a consciência de quanto a fragilidade da situação e das pessoas no terreno podem ser submergidas por intervenções díspares, pontuais e desfasadas das necessidades e vontades timorenses. A experiência conhecida de outros casos não permite a ninguém, hoje em dia, alhear-se desta questão, com a qual continua a ser difícil lidar - não há modelos aplicáveis em toda a parte, as visões do que deve ser a coordenação da Ajuda variam muito e a diversidade de interesses que movem cada actor também nem sempre facilitam a convergências de esforços.

Às sociedades civis do exterior cabem grandes responsabilidade neste âmbito. As ONG estrangeiras têm de se organizar de modo a fazer fluir a informação, a potenciar as respectivas

complementaridades e a evitar as sobreposições, a colaborar na criação de um Estado e de uma sociedade civil timorenses fortes, saudáveis e coerentes, de acordo com as opções e as orientações expressas pelos seus responsáveis. Neste sentido, está a ser criada uma rede de contactos regulares entre ONG de vários países do mundo, coordenada pelo ACFOA, mas falta ainda encontrar a melhor forma de concretizar a necessidade de diálogo e concertação com a parte timorense.

IMPLICAÇÕES PARA A ESTRATÉGIA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO

Portugal tem um papel simultaneamente central e marginal na cooperação com Timor-Leste e esta posição muito particular tornou-se bastante evidente durante a Conferência.

Pelas suas responsabilidades históricas e morais, pela condição de Potência Administrante que só terminará quando se der por concluída a fase de transição, pelas expectativas que o povo timorense criou face ao papel que Portugal deve assumir (sobretudo justamente durante o período de transição) e ainda pelo facto de os responsáveis timorenses terem feito a opção de tornar o Português língua oficial do país, a contribuição portuguesa é insubstituível e vital.

Pela localização geográfica distante, pelo profundo desconhecimento que a sociedade portuguesa tem de Timor-Leste na actualidade e da região Ásia-Pacífico em geral, pela experiência muito fraca da cooperação portuguesa que nunca apostou na concertação de esforços nem na avaliação e estudo das práticas e dos projectos realizados, pela eventualidade de não serem disponibilizados recursos consistentes e em tempo útil, a participação portuguesa na reconstrução de Timor-Leste pode tornar-se marginal.

Do ponto de vista do Estado, a cooperação com Timor-Leste pode ser encarada como um fardo (a suportar com a máxima contenção) ou como uma oportunidade, neste caso no sentido de proporcionar uma abertura a outras partes do mundo e a outras culturas, de experimentar e consolidar novas formas de fazer cooperação, de afirmar a especificidade e de melhorar as capacidades reais da sociedade portuguesa em contribuir para o desenvolvimento de outros povos. Uma escolha tem de ser feita, porque a pior solução seria a de se ficar pelo meio termo, não tirando partido das vantagens de qualquer uma das opções.

O nacionalismo estreito que durante anos dominou a concepção da cooperação portuguesa deveria dar lugar a uma política aberta, centrada na resposta aos interesses prioritários da sociedade timorense. Tomemos o exemplo da língua, um dos mais complexos e de mais profundas implicações na vida individual e colectiva. O Português será, ao que tudo indica, a língua oficial, embora a quase totalidade da juventude timorense (que corresponde não só ao futuro da nação, mas também a uma percentagem muito significativa da população) não o conhece e quase ninguém o domina. Não existe uma unanimidade interiorizada quanto a esta decisão, por razões diferentes de acordo com os vários contextos em que os timorenses têm vivido. Durante a Conferência, foram explicitados medos e propostas divergentes, como por exemplo: o receio dos quadros formados na Indonésia e dos actuais funcionários públicos de ficarem marginalizados a breve prazo, por dificuldades de acesso e de utilização da nova língua oficial; o receio de que Portugal não consiga disponibilizar o apoio suficiente em termos da reconversão do ensino, da criação de bibliotecas, da formação a todos os níveis, etc.; a insistência de alguns técnicos a viver na Austrália de que o inglês deveria ser considerado a segunda língua oficial (com referência à experiência do Vanuatu, que mantém duas línguas oficiais). Como sempre, a língua desperta paixões e embora em Melbourne os debates fossem

calmos, verificou-se que a argumentação de suporte à escolha do Português não estava bem trabalhada, pelo que não foi sempre suficientemente convincente. Talvez o que falte ainda, na verdade, é a elaboração de uma política da língua para o país, tendo em conta todas as especificidades do contexto timorense.

Ao contrário, a identificação do Tetum (a língua veicular que praticamente todos os timorenses compreendem e falam) como língua nacional faz praticamente o pleno. Nos últimos tempos têm-se multiplicado as páginas na Internet em Tetum e foi evidente o entusiasmo dos timorenses face às declarações recentes do Primeiro-Ministro caboverdeano quanto ao novo estatuto do Crioulo no país. O Tetum é um elemento essencial de reconstituição e de consolidação da identidade timorense brutalmente destroçada nos últimos 24 anos. Nestas circunstâncias, o apoio do Governo português à introdução do Português como língua oficial deveria ser acompanhado de um apoio financeiro ao desenvolvimento do Tetum enquanto língua nacional.

Timor-Leste pertence, de facto, à região Ásia-Pacífico e após séculos de isolamento no interior do seu próprio espaço natural, terá de nele encontrar o seu caminho. Portugal está muito longe dessa realidade, quer do ponto de vista geográfico, quer sobretudo do ponto de vista cultural. É verdade que os timorenses valorizam hoje de uma forma muito mais positiva as heranças da presença portuguesa, por oposição a uma ocupação indonésia brutal, e que esse facto pode constituir uma mais-valia de identidade e diferenciação do país no contexto regional em que se insere. Mas permanece o desafio para a cooperação portuguesa de abrir novas portas e não de as encerrar. Nesse sentido, podem desenvolver-se simultaneamente várias estratégias: por um lado, criar em Portugal uma disponibilidade para o conhecimento das culturas timorenses e para a aprendizagem a partir das experiências de outros países da região; por outro lado, conceber a cooperação portuguesa também como uma plataforma de contacto com outros espaços, nomeadamente os PALOP e a Europa, sobretudo no âmbito da formação de recursos humanos (por razões diferentes, há oportunidades que Portugal não pode proporcionar - ambientes e tecnologias mais adequadas, ou tipos de formação muito específicos, por exemplo - o que não deve impedir o apoio da cooperação, quer na fase de identificação de respostas às necessidades verificadas, quer no suporte financeiro à execução das propostas seleccionadas); e finalmente, promover a disposição para complementar as intervenções do Estado com as de outros actores, quer nacionais, quer estrangeiros.

Há um caso exemplar que ilustra esta última vertente. Na Conferência foi reafirmada por diversas vezes a importância de em todas as actividades se ter em consideração a profunda desestruturação a que foi violentamente submetida a população timorense e, como consequência, a necessidade de nelas se integrarem as aquisições das práticas de acompanhamento de situações traumáticas e de resolução de conflitos. Em Portugal, ao contrário do que acontece na Austrália e noutros países, não existe nenhuma experiência consistente nestes domínios, mas isso não deveria impedir que quadros portugueses prontos a trabalhar em Timor-Leste tivessem acesso a informação e formação neste quadro (em particular técnicos de saúde e de educação), pelo que seria preciso concertar com organizações estrangeiras (quer estatais, quer não-governamentais) a sua participação em, por exemplo, acções específicas com esta finalidade. Se esta perspectiva fôr encarada, também, como uma oportunidade de aprofundamento dos conhecimentos e das capacidades portuguesas em campos que hoje se tornaram fundamentais, a sua concretização poderá revelar-se com um outro alcance e vir a ser facilitada.

Se vencer a vontade dos timorenses em construir um Estado independente, as responsabilidades portuguesas vão ser muito significativas, seja em termos financeiros, seja no que diz respeito à disponibilização de recursos humanos qualificados para planear, executar e avaliar a respectiva

intervenção. É fundamental que a prática usual de prometer e não cumprir seja totalmente revista e banida. Para uma sociedade tão frágil e tão desarticulada como a timorense, a criação de expectativas não concretizáveis é um peso com consequências demasiado graves. Neste sentido, o equilíbrio entre o que se oferece e os recursos existentes, assim como os prazos em que as acções são passíveis de realização efectiva, é um factor essencial a ter sempre em conta.

SEGUIMENTO

Durante a Conferência os diferentes Grupos identificaram áreas prioritárias, conhecimentos adquiridos, competências existentes e lacunas importantes, quer ao nível da recolha e tratamento de informação, quer ao nível da concepção. Cada Grupo escolheu um elemento de referência para a continuação dos trabalhos e discutiu as formas de comunicação a utilizar entre os seus participantes. Um apelo foi lançado no sentido de todos os timorenses passarem a ter acesso ao correio electrónico, de modo a facilitar a interacção.

Reconhecendo este património como fundamental para o prosseguimento da reconstituição da sociedade timorense, a Comissão Organizadora formulou a proposta da criação de um Gabinete para o Desenvolvimento Estratégico de Timor-Leste, que deveria a muito curto prazo ter capacidade para dar seguimento à elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento do país.

Ao contrário do que aconteceu com a realização da Conferência (que apenas recebeu a indicação do apoio do Estado português já o seu terceiro dia ia adiantado), seria primordial que o Governo apoiasse sem hesitações e rapidamente este esforço de criação de capacidades ao nível do planeamento estratégico, sem o qual a parte timorense terá dificuldades acrescidas em concretizar seriamente as suas aspirações e em dialogar com os doadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Conferência de Melbourne permitiu também dar resposta a uma das interrogações que mais frequentemente surgem quando se aborda o futuro de Timor-Leste: o da sua viabilidade como país independente. Não só foram apresentadas algumas comunicações relacionadas com esta questão, em particular na sua vertente económica, como ficou demonstrado que há um conjunto de quadros bem informados, com capacidades de organização, de diálogo e de concepção de políticas nas várias áreas. Apesar da repressão brutal e permanente, apesar do exílio e da diáspora, há um número significativo de técnicos, recém-formados na sua maioria, com maior experiência nalguns casos, que podem ser o suporte de um Timor-Leste livre.

A fase de transição será decisiva e nela terá de ser posto um total empenho, em primeiro lugar por parte dos timorenses, mas também da comunidade internacional. Desde já, como foi salientado, o apoio quer às organizações da sociedade civil, quer às estruturas de planeamento e execução das políticas timorenses é primordial no sentido do reforço das suas potencialidades e capacidades. Portugal continua a ter responsabilidades insubstituíveis neste quadro.

Luísa Teotónio Pereira
Lisboa, 8 de Maio de 1999

TL 5720 -3

MOÇÃO EM SOLIDARIEDADE COM O POVO DE TIMOR-LESTE

Acompanhando com profunda preocupação a situação de intimidação e terror que se vem generalizando em Timor-Leste, pela qual são responsáveis as forças armadas e os serviços de segurança indonésios,
reconhecendo o direito do povo timorense à autodeterminação e independência,
e saudando os esforços de negociação realizados sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas com vista à concretização de uma consulta ao povo de Timor-Leste, em condições de liberdade e segurança;

Sensibilizados pelo Apelo lançado há dois dias pelas organizações humanitárias timorenses, que têm demonstrado uma incansável coragem na denúncia das permanentes violações dos direitos humanos e no apoio prestado a todas as vítimas e comunidades afectadas pela violência,

as 60 Organizações Não-Governamentais europeias, guineenses e caboverdeanas que participam na 3ª Reunião em Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau

- exigem o imediato desarmamento das milícias e o fim da impunidade dos criminosos actos cometidos
- consideram da maior urgência a presença em Timor-Leste de uma força de manutenção de paz das Nações Unidas
- exigem às autoridades indonésias
    - que seja prontamente restabelecida a livre circulação em todo o território
    - que sejam garantidos o acesso à entrada de Ajuda humanitária e a segurança de todas as acções e de todos os trabalhadores humanitários
    - que sejam libertados todos os presos políticos timorenses
- consideram fundamental a retirada progressiva e substancial das forças armadas indonésias antes da realização do acto de consulta,
- pedem ao Banco Mundial e ao FMI que suspendam os empréstimos à Indonésia até ao desarmamento das milícias, internacionalmente supervisado

- e apelam à solidariedade com o povo timorense e com as suas organizações que continuam a lutar pela paz e pela liberdade neste momento decisivo da sua história.

Lisboa, 30 de Abril de 1999

TL5720-4

DECLARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES HUMANITÁRIAS TIMORENSES

Antecedentes

O processo de democratização na Indonésia obrigou o Presidente Suharto a pôr termo a 32 anos de governo. A pressão internacional, nomeadamente a dos países doadores, obrigou o Governo indonésio a tomar medidas que possam ter como reflexo o seu empenhamento na democracia. Esta concessão à pressão internacional incluiu a abertura do espaço democrático em Timor.

Nos primeiros meses da reforma na Indonésia, a abertura política permitiu manifestações pacíficas que envolveram centenas de timorenses que aspiravam à independência e à liberdade. Por outro lado, o Governo indonésio e os militares encenaram várias manifestações que expressavam o contrário, por forma a demonstrar que alguns timorenses apoiavam a continuação da integração na Indonésia.

Para demonstrar ao mundo o quanto a Indonésia estava empenhada na defesa dos direitos humanos, o Governo indonésio anunciou a possibilidade de independência, se o povo de Timor Leste rejeitasse o plano de autonomia.

No entanto, ainda existem facções poderosas que desejam manter o *status quo* em Timor Leste. O apoio popular à independência de Timor Leste representava obviamente uma ameaça aos seus interesses.

No esforço para preservar o *status quo*, foi lançada uma campanha concertada para exacerbar a situação de segurança em Timor Leste. Em Novembro de 1998, foi interrompido o cessar-fogo não oficial entre a ABRI e as Falintil que vinha sendo observado desde Maio de 1998 devido às chacinas levadas a cabo pelos militares indonésios no sub-distrito de Alas. A partir de Dezembro de 1998 sucedeu-se a formação de novos grupos de milícias.

O estado dos direitos humanos em Timor Leste deteriorou-se desde a formação dos grupos de milícias. As milícias levaram a cabo, em todas as regiões de Timor Leste, o recrutamento forçado de civis, campanhas de tortura e de intimidação. As mortes de civis não armados, incluindo mulheres e crianças, obrigaram muitos timorenses a fugir das suas casas. As informações recolhidas pela *Posko for Emergency Aid for Internal Refugees* mostram que desde Novembro de 1998 até 31 de Março de 1999, foram deslocadas internamente cerca de 18.091 pessoas. Estes deslocados tornaram-se no alvo das chacinas das milícias, tal como claramente o demonstram os ataques à Igreja de Liquiça, em 6 de Abril de 1999, e à casa de Manuel Carrascalão, em 17 de Abril de 1999.

Violência em Timor Leste

Contrariamente às declarações prestadas pelo governo indonésio, que assegura estar a encontrar uma solução pacifica para o problema de Timor Leste, os incidentes violentos estão a aumentar. Particularmente preocupante é a transformação dos civis em alvos dessa violência. Segundo os dados reunidos pelo Yayasan HAK sobre os ataques a civis, em Alas (Novembro de 1998) foram assassinadas 15 pessoas, 95 outras foram detidas, das quais apenas 15 teriam sido submetidas a um processo legal de detenção, e outras 80 desapareceram. Também durante este incidente, 30 pessoas perderam as suas casas, as quais foram incendiadas.

Nos primeiros três meses de 1999, o Yayasan HAK registou pelo menos 40 mortos, 22 feridos, 8 detenções ilegais e 2 mulheres violadas pelas milícias. Entre estas vítimas, mortas ou feridas, incluem-se mulheres e crianças.

Apesar das declarações de preocupação oriundas de várias partes, as forças militares e militarizadas de Timor Leste mantiveram-se passivas no que concerne ao controlo da acção das milícias. Ora, as forças indonésias reivindicam o poder soberano da Indonésia sobre Timor Leste, o que, na realidade, é irónico dado que nenhum dos actos violentos conduzidos pelas milícias foi objecto de sanções legais. De facto, funcionários indonésios estiveram claramente envolvidos nestes incidentes.

Segundo declarações de testemunhas oculares, as forças de segurança indonésias estiveram activamente envolvidas no ataque efectuado contra os timorenses deslocados que procuravam refúgio na igreja de Liquiça (5 de Abril de 1999).

A brigada móvel da polícia indonésia (BRIMOB) lançou gás lacrimogéneo contra os refugiados antes do ataque efectuado pelas milícias. Durante uma manifestação anterior ao ataque à casa de Manuel Carrascalão (17 de Abril de 1999), Eurico Guterres, dirigente de uma das milícias, em público, nomeou e ameaçou a vida de um conjunto de pessoas. No entanto, os funcionários indonésios que se encontravam na manifestação não empreenderam qualquer acção preventiva dos ataques das milícias em relação a esses alvos conhecidos. No sub-distrito de Cailaco, distrito de Bobonaro, como acto de vingança pela morte de 3 membros das milícias e de 2 soldados indonésios, alegadamente provocada por uma acção das Falintil, o Comandante do Distrito de Bobonaro (Kodim), Burhanudin Siagian, ordenou a execução pública de 5 civis, em 12 de Abril de 1999. Este comandante também ordenou a captura e assassínio de dirigentes comunitários considerados pró-independência, o que levou à perseguição de civis e ao ataque a casas.

O envolvimento de funcionários indonésios na formação de milícias e na condução das suas acções pode ser facilmente constatado, designadamente, através da sua participação nas cerimónias e manifestações das milícias. Do mesmo modo, o Forum Persatuan Demokrasi dan Keadilan (FPDK ou Forum para a Unidade, Democracia e Justiça) que controla a actividade das milícias, é chefiado por um funcionário público indonésio (Bupati). Os membros do Forum são funcionários locais da República da Indonésia.

Os actos de violência são concebidos para provar a tese defendida pelo governo indonésio, segundo a qual o referendo afundará Timor Leste na guerra civil. Ironicamente, apesar de ser público e conhecido o envolvimento dos militares nestes incidentes de violência, o Ministro da Defesa da Indonésia, General Wiranto, patrocinou um "acordo de paz" entre os grupos pró-independência e pró-integração em Díli, em 21 de Abril de 1999. Os factos mostraram que mesmo após a conclusão do chamado "acordo de paz", os actos de violência e as matanças ainda continuam. No distrito de Suai, de acordo com relatos do sacerdote da paróquia, Padre Hilário Madeira, centenas de jovens do sexo masculino foram capturados. Pelo menos 8 corpos foram encontrados no rio Tavara e há indicações de que muitos mais terão sido assassinados. A mesma situação verifica-se noutros Distritos. As milícias e os militares continuam a intimidar, deter e matar civis, mesmo após a conclusão do "acordo de paz".

Impacto

As matanças, o terror e a intimidação pelas milícias em Timor Leste têm tido um grande efeito sobre o povo de Timor Leste. Têm sido mortas e feridas centenas de pessoas. Muitas têm sido tratadas na clinica Motael, em Díli. Muitas pessoas perderam as suas casas que foram atacadas e incendiadas pelas milícias. Em Viqueque, pelo menos 500 pessoas abandonaram as suas casas

e procuram refúgio em local incerto. A mesma situação verifica-se em Bobonaro, Ermera e Suai.

Psicologicamente, há uma atmosfera de medo que conduz à paralisação das actividades económicas. Nas zonas rurais, os camponeses pararam as suas actividades agrícolas devido às ameaças das milícias. Em Díli, há pelo menos 1200 pessoas deslocadas. Um certo número de refugiados foi morto durante o ataque das milícias à casa de Manuel Carrascalão, em 17 de Abril de 1999.

O terror e a intimidação são também dirigidos contra os funcionários públicos que têm sido forçados a assinar documentos em que expressam a sua lealdade à República da Indonésia. Ameaçados com despedimento, nalgumas áreas os funcionários têm sido forçados a tornarem-se membros do FPDK.

As ameaças e o terror têm sido também dirigidos contra os trabalhadores de agências humanitárias em Timor Leste. A estas organizações humanitárias não tem sido garantido acesso às pessoas deslocadas internamente, com vista a que pudesse ser fornecido auxílio médico e alimentar. Estas organizações foram seleccionadas como alvo de possíveis ataques e os seus trabalhadores têm recebido ameaças de morte.

Reivindicações

Baseadas nesta situação, nós, ONG humanitárias de Timor Leste, reivindicamos:

1. A presença de forças de manutenção da paz da ONU em Timor Leste
2. Desarmamento das milícias
3. Pressão da ONU com vista à retirada militar indonésia de Timor Leste, seguida do desarmamento das Falintil
4. Garantias de segurança para que os trabalhadores das agências humanitárias possam prosseguir as suas actividades
5. Acesso a Timor Leste às organizações internacionais de direitos humanos e agências humanitárias

Díli, 28 de Abril de 1999-04-29

1. Komite Untuk Orang Hilang dan Korban Tindak Kererasan (Kontras)
Rui Lourenço
2. Yayasan HAK (Hukum, Hak Asasi & Keadilan)
Aniceto Guterres Lopes
3. Gerekan Perempuan Timor Lorosae Anti Kekerasan (Gertak)
Sãozinha de Jesus Lopes
4. Forum Komunikasi Untuk Perempuan Loro Sae (Fokupers)
Maria Domingas F. Alves
5. Dewan Solidaritas Mahasiswa Timor Timur (DSMTT)
João Sarmento Silva
6. Grupo Feto Foin Sae Timor Lorosae (GFFT)
Atanasia Pires
7. Posko Bantuan Dararat untuk Pengungsi Internal
José Luís Oliveira
8. aritas Timor Leste

TL 5720 - 5

ONGD

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
PARA O DESENVOLVIMENTO

COMISSÃO PERMANENTE

Exmº. Senhor
Secretário-Geral das Nações Unidas

Enquanto Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento, dirigimo-nos a V. Exª para expressar a nossa mais profunda preocupação pela situação em Timor-Leste e o receio de que os compromissos assumidos em Nova Iorque pelos três signatários do Acordo sobre o território não possam ser cumpridos. Consideramos inexplicável e intolerável que, perante a gravidade conhecida dos acontecimentos dos últimos meses, o desenvolvimento da presença efectiva da ONU esteja a sofrer atrasos consideráveis. Por estas razões, a credibilidade das Nações Unidas está claramente em cheque.

Ao contrário do que era esperado, a assinatura do Acordo não alterou o clima de violência desencadeado pelas milícias pagas e armadas pelas Forças Armadas da Indonésia. Lamentamos que a comunidade internacional, tendo provas mais do que suficientes da implicação dos serviços secretos indonésios e das ABRI nos actos de intimidação da população, na prática sistemática de execuções sumárias, tortura e desaparecimentos involuntários, tenha decidido confiar a esta última instituição a responsabilidade da manutenção da segurança durante os três escassos meses que faltam para a realização da consulta popular marcada para 8 de Agosto.

Ninguém pode ignorar a dramática situação humanitária de milhares de deslocados, muitos dos quais se encontram isolados e reféns das milícias, assim como a deterioração provocada dos serviços de saúde e a ruptura de abastecimentos instigada pelas autoridades do território, numa época de profunda crise económica na região, que flagela em particular as zonas mais periféricas.

Neste contexto, é um crime continuar a colocar obstáculos à entrada de ajuda humanitária e a promover as condições que levaram, na última semana, as poucas organizações humanitárias com actuação em Díli a ter de fechar as suas sedes, ameaçadas e invadidas pelas milícias que controlam a cidade, sob o olhar passivo da polícia e a cumplicidade activa das ABRI.

Plataforma Portuguesa das ONGD
Rua Pinheiro Chagas, 77 - 2º Esq - 1069 - 069 Lisboa - Portugal - Telefone: 351 1 355 14 56 - Fax: 351 1 355 14 57 - E-Mail: plataformaongd@esoterica.pt

ONGD
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
PARA O DESENVOLVIMENTO
COMISSÃO PERMANENTE

Senhor Secretário-Geral, nós exigimos uma presença das Nações Unidas em Timor-Leste com capacidade para garantir ao povo uma real segurança e liberdade de movimentos, exigimos a libertação de todos os presos políticos timorenses, em particular de Xanana Gusmão, exigimos o desbloqueamento imediato de todas as vias de comunicação no território, o acesso das organizações humanitárias e de direitos humanos, tanto timorenses como estrangeiras - incluindo portuguesas, à população em todas as circunstâncias e a prisão e julgamento dos que apelam ao crime e praticam actos de vandalismo e terrorismo.

Sem que estas condições sejam cumpridas, é impossível preparar a concretização da consulta que garantirá ao povo de Timor-Leste a realização do seu inalienável direito à autodeterminação. No limiar do século XXI, a ONU arrisca-se a ver manchada com o sangue de milhares de inocentes a sua conduta neste processo, no qual assumiu insubstituíveis responsabilidades.

Lançamos assim um veemente apelo para que as Nações Unidas actuem de imediato com a firmeza que impõe a defesa dos princípios consagrados na sua Carta e no Direito Internacional. Como todos sabemos, não há tempo a perder.

Com os nossos melhores cumprimentos

Lisboa, 12 de Maio de 1999

Plataforma Portuguesa das ONGD
Rua Pinheiro Chagas, 77 - 2º Esq - 1069 - 069 Lisboa - Portugal - Telefone: 351 1 355 14 56 - Fax: 351 1 355 14 57 - E-Mail: plataformaongd@esoterica.pt

TL5720-6

CIDAC ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL DE DESENVOLVIMENTO

ENTREVISTA
AO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FORUM DAS ONG TIMORENSES

- Quer apresentar-se brevemente?

Chamo-me António da Conceição. Frequentei o seminário, obtive a filosofia e utilizei os meus conhecimentos gerais para poder participar nestes trabalhos sociais.

- Fale-me sobre a sua organização.

- Chama-se Fundação TimorAid, é uma organização local em Timor e recente. Já tínhamos trabalhado no mês de Julho nuns programas de pequena escala em Timor, mas na altura não definimos ainda bem o nosso trabalho, quais as áreas em que nos iríamos concentrar. Trabalhámos com uns pequenos projectos de desenvolvimento da economia. Só no final de Janeiro é que começámos a estabelecer a Fundação.
A nossa Fundação em Timor é independente, com membros em Timor e eu sou o Secrretário Executivo desta Fundação. Temos 3 áreas de trabalho: a Educação, a Saúde e as Actividades Geradoras de Rendimento. Nestas 3 áreas, embora muito recentemente, porque foi no mês de Março que comecei a identificar uns pequenos projectos, cooperámos com as instituições religiosas em Timor, com alguns grupos, que não são no entanto grupos formais, legais, já registados, mas que são grupos de trabalho comunitários de base; organizámos alguns pequenos projectos com os mesmos e realizámos também algumas actividades relacionadas com a Educação, a Saúde e também com as Actividades Geradoras de Rendimento.
Estamos ainda nesta fase... já tínhamos pensado fazer outros programas de agricultura, mas o nosso problema agora é que a situação ainda não nos permitiu fazer nenhuma actividade de desenvolvimento, de continuidade, nas aldeias; simplesmente porque a situação ainda não nos permitiu mobilizar as comunidades para fazer os seus trabalhos. Estamos a concentrar-nos mais nas ajudas humanitárias, estamos a prestar assistência aos refugiados em Timor.

- Em Díli?

- Sim, em Díli tinhamos prestado assistência em cooperação com as outras organizações. Já em Novembro prestámos assistência àquele problema em Alas, por isso a nossa organização já tem essa experiência em ajudas humanitárias. E a comunidade tem muito respeito.... levámos uma quantidade de arroz e depois em Janeiro continuámos o trabalho levado a cabo em Alas. Depois começou a surgir em Díli um número de refugiados e nós começámos a trabalhar com os refugiados de Díli.
Actualmente, ajudámos num caso onde havia 2 mil refugiados na igreja e o padre telefonou-nos a pedir ajuda humanitária e nós prestámos assistência. Foi praticamente devido a esta razão que ainda não nos concentrámos noutras áreas e ainda estamos mais focados nas ajudas humanitárias.

Rua Pinheiro Chagas, 77 - 2.º Esq. 1050 - 176 Lisboa
Tel. (01) 317 28 60 Fax (01) 317 28 70
E-mail: cidac @ esoterica. pt

O que é actualmente urgente em Timor é um treino para os nossos colegas já formados, aqueles que já acabaram os cursos, mas que ainda sentem dificuldades na comunicação. Por isso, a minha Fundação está a fornecer um curso para lhes ensinar português, pois há já 23 anos que a maioria deles não fala português, porque não tiveram oportunidade de aprender, e por isso só falam o indonésio. É por isso que achamos importante iniciar agora um curso para que os nossos irmãos já formados possam ter a capacidade de comunicar, pois em termos técnicos já possuem uma certa capacidade de conhecimento, mas o problema está na comunicação. Por isso é que nós achamos importante fornecer-lhes este curso de português, e outro também porque ainda estamos numa situação em que há um grande movimento da comunidade internacional que visita Timor regularmente. Achamos que também é importante ensinar inglês, porque são muito poucos aqueles que falam inglês em Timor. Então decidimos dar cursos destas duas línguas e estes são os trabalhos mais recentes que estamos a começar.

- Quantas pessoas estão a trabalhar nesses projectos?

- Por enquanto ... estamos três a trabalhar...

- A tempo inteiro ... só a trabalhar nisso ...

- Sim, estamos os três a trabalhar como executivos na organização, mas como tenho uma certa relação com os estudantes, no que diz respeito ao trabalho de ajuda humanitária, falo ou contacto com os estudantes e recruto-os como voluntários para poder dar uma certa assistência. É através do seu trabalho que se conhecem as áreas que se pretende ajudar, apoiar e depois os estudantes distribuem a ajuda pelos refugiados.O nosso trabalho é aliviado com este método. O apoio que nos prestam é uma boa ajuda.

- São estudantes que estão em Timor no ensino secundário ou na Universidade...

- São na maioria estudantes que estão a regressar a Timor, pois estudaram na Indonésia e por causa da situação estão a regressar a Timor e por isso queremos aproveitar a sua capacidade ...

- A maior parte já acabou os cursos ou ainda vem com os cursos por terminar?

- Alguns ainda estão em processo, ainda não terminaram os cursos, outros já fizeram as suas teses, mas no entanto como não fizeram os exames por causa da situação, tiveram que pedir uma licença para poder vir para Timor.

- E os estudantes quando regressam com os cursos acabados, depois conseguem encontrar trabalho em Timor?

- É muito difícil ... é muito difícil obter trabalho agora em Timor devido à actual situação, embora haja lugares ... Mas quem está a assumir a responsabilidade disto ... o Governo já não tem a posição que tinha... as pessoas já não dão

crédito ao Governo actual... é mesmo difícil arranjarem trabalho, encontrarem trabalho. Desta forma podemos cooperar, aproveitando as suas capacidades para prestarem alguns serviços como voluntários, mas são sempre voluntários ...

- E nesses trabalhos que estão a fazer, estão concentrados em Díli? Ou estão a fazer alguma coisa fora de Díli?

- A nossa presença em Díli prende-se muito mais com a estratégia de comunicação, mas todo o trabalho está a ser orientado para os distritos e aldeias. Porque se marcássemos a nossa presença num outro concelho continuávamos a ter dificuldades de comunicação, como também de transportes, e os acessos das outras organizações a nós... foi por isso que marcámos a nossa presença em Díli, mas o trabalho tem que ser todo orientado mais para o interior do país.

- E nalgumas regiões em especial ou ...

- Neste momento, ainda não conseguimos identificar uma zona porque é mesmo difícil trabalhar numa só zona, devido aos distúrbios actuais ... é mesmo difícil, para já é impossível ...

- Portanto, vocês responderam àquele apelo em Maliana ... e a situação em Suai?

- Até agora não houve praticamente uma atenção especial do Governo, e as ONG em Timor estão a desempenhar um enorme trabalho, embora com capacidades mínimas, mas achamos que isto também é uma missão mesmo urgente ... como organizações humanitárias que somos estamos a prestar assistência, embora isso não esteja no âmbito da nossa estratégia de trabalho. Mas a missão é muito mais por causa da pessoa, por isso é que se dá mais cobertura às ONG e às Igrejas... as paróquias que estão mais perto da população recorrem também às ONG e nós trabalhamos em cooperação com as paróquias, elas podem fazer a distribuição. Isto é importante porque nós não queremos ser identificados, porque senão isso pode ser prejudicial em termos de segurança ou então pode ficar cortada a viabilidade de fazer chegar o apoio à população.

- E até agora não tem havido problemas na chegada de apoio à população?

- Até agora não houve tal problema porque sempre nos identificámos como organização humanitária.

- As ONG em Timor não têm tido problemas com as autoridades?

- De facto houve problemas que não são graves, às vezes ao ver o serviço que estamos a fazer o Governo condena-nos, pois estamos a prestar um serviço de apoio a certos grupos...mas temos a oportunidade de lhes explicar que

estamos a apoiar a população, e não a apoiar grupos com interesses políticos, porque a nossa missão é apenas apoiar a população e ajudar.

- E como é que as ONG têm cooperado entre elas?

- Houve uma cooperação, não por causa da recente situação, mas há já *meses atrás que achámos que havia uma certa necessidade das ONG em Timor de definirem programas. Tanto assim que em Outubro declarámo-nos como uma associação de ONG por forma a nos podermos apoiar uns aos outros. Neste sentido temos um Fórum das ONG em Timor e eu estou envolvido como um executivo que tem a seu cargo traçar programas para responder às necessidades das organizações existentes. Esta associação é como uma ideia, nós coordenamos as nossas experiências e criamos uma ocasião para todas as organizações se encontrarem e depois para dividirem as experiências entre si. É uma oportunidade de conhecerem as estratégias que podem ser úteis para serem adoptadas por outros e foi por este motivo que nós criámos esta associação.*

- Quantas organizações não-governamentais há neste momento em Timor?

- O número existente registado no governo é de cerca de 22 organizações, e estas estão espalhadas por todo o território, há umas na cidade e outras nos concelhos, e então por causa de estarmos assim espalhados há uma certa dificuldade em comunicarmos entre nós. Actualmente os mais activos, mais envolvidos nestas associação são 12... são só 12.

- Há quanto tempo começaram a nascer as ONG em Timor?

- O movimento das ONG em Timor é muito recente... talvez... com o impacto do massacre de Santa Cruz. Foi nesta altura que começou o movimento das ONG. Havia por acaso naquela altura uma organização que é o resultado do CRS - Catholic Relief Service (que desempenhou serviços humanitários nos anos 70).
Eu, por exemplo, tinha trabalhado com a ETADEP por um período de 4 anos e meio, então sentimos que havia uma certa necessidade em criar mais organizações para poder dividir o trabalho; caso contrário, os trabalhos estvam todos concentrados na ETADEP e por isso tinha que prestar assistência a 13 concelhos em Timor, o que geograficamente é muito difícil, e com a pouca capacidade de transportes e outras coisas é muito difícil alcançar as outras zonas. Por isso decidimos criar outras organizações... para poder distribuir o trabalho... e pelo menos chegar a outras áreas também.

- Quais são aquelas que neste momento têm mais experiência? A ETADEP continua?

- A ETADEP continua a existir, mas agora existem mais outras organizações como a Bia Hula que é um produto, um resultado dos trabalhos de cooperação entre os Governos indonésio e australiano em Timor. Esse projecto terminou... e sentiram a necessidade de formar uma organização local para continuação

dos trabalhos em Timor, porque os projectos têm de ser renovados e acabados.
Mas também há uma outra organização internacional que está a trabalhar, é uma organização do Canadá que está em Timor desde 1995 e eu iniciei o meu trabalho com eles, por um período de 4 anos. Esta organização tem ajudado, mas tem que se pensar no futuro e criar uma organização local onde depois se assuma essas responsabilidades locais, porque as organizações internacionais têm que ter a missão de criar comunidades locais também para poder assumir as responsabilidades, para não criar uma mentalidade de dependência, porque senão no futuro podemos não ter pessoas com capacidades para desempenhar trabalhos de desenvolvimento rural, o que é muito importante.
Foi por esta razão que deixei essa organização internacional e comecei a estabelecer esta nova Fundação, que é pequena, na sua experiência, mas em termos de desenvolvimento rural a Fundação tem todo o optimismo de que irá ser também uma organização...

- Porque no fundo as pessoas já têm experiência... A organização é nova, mas as pessoas já têm experiência... E o Care Internacional tem pessoas do Canadá lá, ou só trabalham com timorenses?

- Em princípio só estava eu a iniciar com os timorenses e alguns técnicos. Tracei uma estratégia para contratar pessoas vindas de fora da Indonésia, simplesmente por facilidades de comunicação, contratei então 2 técnicos de fora, um de agricultura e outro de engenharia de canalização. Naquela altura havia necessidade em que os canadianos nos dessem apoio técnico, mas infelizmente a situação não permitiu que um estrangeiro estivesse em Timor, porque o Governo não garantiu um visto de residência em Timor. Tanto assim que desde 1995 até meados de 1998 só eu é que era responsável pelo Care em Timor; mas recentemente chegou um canadiano, que começou com os trabalhos de emergência na ilha de Ataúro, no verão do ano passado.
Depois comecei a identificar o problema do El Niño que afectou a ilha de Timor, fiz uma proposta e negociei com o Governo americano, através da organização internacional Usaid que apoiou este projecto. Como era uma nova experiência que tive de enfrentar, disse aos canadianos que não podia fazer tudo sozinho, tinha que ter uma pessoa que pudesse assumir a responsabilidade de coordenar os trabalhos de emergência, porque isto também tem um factor internacional dado que é necessário mandar vir arroz de fora e fazê-lo chegar a Timor, organizar a chegada e a distribuição... é um trabalho enorme por isso é que pedi ajuda, e mandaram um canadiano que está a coordenar esse trabalho; depois existe a vantagem dele nos poder ensinar a nós como organizar melhor.

- E há outras organizações internacionais que estão lá também?

- De desenvolvimento rural é só esta, embora também haja a Cruz Vermelha que não é uma organização virada para o desenvolvimento, mas para os trabalhos de direitos humanos; embora eles tivessem feito algum trabalho de desenvolvimento, eu digo que isto é simplesmente um meio que eles têm usado para poder fazer os serviços de direitos humanos em Timor que são

importantes, porque se não tivessem uma actividade no campo era muito difícil ter acesso às informações. Pois o facto de terem feito um projecto de canalização de água numa aldeia justifica a sua ida à aldeia para falar com as pessoas, mobilizar as pessoas para poderem participar no projecto...
O fundamental da Cruz Vermelha são os direitos humanos por isso há necessidade de organizações internacionais relativas ao desenvolvimento rural, porque para nós timorenses é importante aprender, uma vez que durante 23 anos foi tudo praticamente destruído, a mentalidade em si também foi destruída. Todo o desenvolvimento que foi feito foi um desenvolvimento que não deu oportunidade ao povo de participar e poder ter assim um espírito. Se isto é nosso, assim pode haver uma certa continuidade, mas tudo o que eles têm feito é mais uma oferta aos timorenses, uma estratégia para contentar os timorenses e como consequência criaram esta mentalidade de dependência...
Por isso é que eu digo que a intervenção das organizações não governamentais é fundamental para depois poder, não digo... trocar... mas pelo menos ajudar a mudar esta atitude das pessoas.

- E que outras organizações fazem parte da associação, do Forum?

- Há outra Fundação em que eu não estou envolvido, isto é sou apenas membro. É a Fundação que é o produto da escola portuguesa que existiu até ao massacre de Santa Cruz... "Escola de S.José"... Externato de S.José. Nós somos muito poucos, porque a maioria depois foi para Portugal, para a Austrália, mas houve um grupo que continuou os estudos na Indonésia. Eu também frequentei essa escola e depois fecharam-na e nós, um grupo de 12 pessoas, alguns até são médicos e alguns de Direito, outros de Agricultura, então sentimos a necessidade de marcar a nossa presença em Timor, apesar de terem destruído a escola, de arrasarem aquilo, mas nós ainda existimos por isso é que nós sentimos este... este valor de podermos constituir uma associação. Então fundámos uma fundação a que demos o nome de Fundação S.José.

- E isso foi quando?

- Foi no ano passado, já decorreu um ano e destina-se ao desenvolvimento rural. Conseguimos identificar uma área, estamos a trabalhar no concelho de Manatuto, o nosso programa é mais um meio de marcarmos a nossa presença, por isso dedicamo-nos mais à agricultura nas várzeas... e também na saúde e na educação... educação para a saúde... Era isto... então é assim que ali existimos... Esta Fundação também está no Forum.

- Quem é que está à frente da Fundação de S.José?

- O presidente da Fundação é o Manuel Abrantes, também há um executivo, colega do Externato de S.José, António de Araújo, que tem trabalhado no Banco por um período de mais de 10 anos.
Outra organização que faz parte é a Caritas de Díli, que antes se chamava Delegação Social da Diocese de Díli, depois evoluiu como organização social, com os membros internacionais da Caritas.

Portanto, praticamente o Fórum não é limitado só para as ONG que trabalham em desenvolvimento rural, económico, desenvolvimento da economia... mas também se associa a organizações e instituições religiosas, que estão integradas e aquelas que estão a trabalhar em advocacia como a Fundação Hak...
Uma outra fundação chamada Fundação de S. Paulo em Díli, que também era a Escola de S.Paulo nos tempos portugueses...

- A Comissão Justiça e Paz também faz parte do Fórum?

- A Comissão Justiça e Paz foi convidada mas há umas certas considerações porque a Comissão Justiça e Paz é uma comissão da diocese mesmo... por isso é que fazia parte dos encontros, mas não é membro efectivo... sempre fez parte dos encontros.

- E agora quais são as vossas perspectivas em relação ao Forum?

- A perspectiva que eu de facto tenho para o Fórum... nós temos que o organizar, queríamo-nos concentrar neste campo de capacitação... das organizações, dos recursos humanos de cada organização... Então, estamos a identificar, pois é talvez oportuno e urgente, identificar os treinos, a necessidade dos treinos para cada organização. Também há uma necessidade não digo de aprendermos, mas de estudar, qual deve ser a nossa forma de existência do Fórum, porque é de facto uma associação recente. Por isso é que há uma prioridade, uma necessidade de estudar uma forma para esta associação, mas neste curto prazo damos mais prioridade ao treino da capacidade....

- Quer enviar uma mensagem para as ONG portuguesas?

- Sim...De facto o papel que estamos a desempenhar em Timor é um papel importante e de grande risco também.
Porque a situação...estamos a trabalhar numa situação muito difícil, e gostaríamos de facto, da participação também das ONG existentes em Portugal no apoio a este projecto... um apoio de como contribuir para a capacitação dos recursos humanos. Nós temos a mesma experiência de poder trabalhar com as comunidades, embora talvez a maneira de trabalhar é diferente por causa de diferentes culturas, mas claro que...em geral há um trabalho de ONG e por isso é que talvez um apoio em relação às informações, por exemplo, sobre como desenvolver uma boa agricultura, como fazer este trabalho técnico de actividades rurais são coisas fundamentais. Porque às vezes uma organização recente pode cair na tentação de fazer aquilo que o governo fez...a mesma experiência... simplesmente transferir a experiência do governo para o povo e depois criar uma mentalidade de dependência. Então, é importante que esta organização também possa aprender quais os métodos necessários para poder fazer um desenvolvimento rural. Se as ONG em Portugal tivessem estas informações já nós apreciávamos mesmo ter essas informações também.

O que falta para nós é livros. Agora estamos a ensinar o português, claro que precisamos da gramática...porque eles ainda estão num nível, digamos como na escola portuguesa a nível primário e claro que a leitura é muitto importante. Talvez alguma organização em Portugal que esteja dedicada a isto...que possa apoiar neste aspecto de fornecer alguns livros...gramáticas, leitura e também vocabulário para poder enriquecer a pessoa...Estamos a usar aqueles livros antigos dos anos 70 para aprender português, são os livros que temos...
A nossa ambição é como começar com uma escola portuguesa, porque nós que aprendemos o Português naquela altura... sentimos que a educação que aprendemos foi uma educação muito valiosa... é diferente da educação portuguesa que os outros receberam, tanto assim que a escola do Externato S.José... produziu um pequeno número só em Timor... mas em comparação com a produção dos outros, encontramo-nos num nível muito elevado. Digo isto porque a maioria dos nossos que passaram pelo Externato, que estudaram na Indonésia e que acabaram o curso e se formaram e estão agora a estudar aqui na Austrália, uns estão a fazer o mestrado. Todos passaram pelo Externato S.José, por isso é que sentimos que de facto... temos de manter esta educação e claro temos esta ambição... O método que os portugueses nos ensinavam naquela altura já está a desaparecer e nós estamos outra vez sob uma certa influência do outro modo de ensino, da Indonésia, que não envolve... não obriga tanto o estudante a pensar. É preciso que o professor ajude a pensar... este é que é talvez o método de ensino português em Timor e é por isso que temos a missão de começar uma escola portuguesa, tanto assim que estamos... eu estou a começar com o curso, mas também é simplesmente uma das estratégias, para depois ter alguns elementos já preparados. Estamos a pensar... se, por exemplo, no futuro a língua portuguesa passar a ser a nossa língua oficial, em Timor, claro agora estamos num período de transição, e tem que se pensar já numa escola...

Entrevista realizada em Melbourne (Austrália) por Luísa Teotónio Pereira,
a 8 de Abril de 1999,
durante a Conferência sobre Planeamento Estratégico para Timor-Leste,
organizada sob os auspícios do CNRT.